

# EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO DE JANEIRO A JUNHO DE 2009

## 1. RELATÓRIO

- 1.1 Introdução
- 1.2 Equilíbrio Orçamental
- 1.3 Receitas do Estado
- 1.4 Financiamento do Défice
- 1.5 Despesa de Funcionamento
  - 1.5.1 Despesa de Funcionamento por Âmbitos
- 1.6 Despesa de Investimento
  - 1.6.1 Despesa de Investimento por Âmbitos
- 1.7 Despesa Total por Âmbitos
- 1.8 Despesa dos Sectores Prioritários
- 1.9 Despesa Total Segundo a Classificação Funcional
- 1.10 Operações Financeiras
- 1.11 Alterações Orçamentais
- 1.12 Resultado da Actividade Financeira do Estado

### Quadros do Relatório

Quadro 1 – Equilíbrio Orçamental

Quadro 2 - Receitas do Estado em comparação com a previsão anual e a cobrança em igual período do ano anterior

Quadro 3 – Desembolsos/Entradas de Financiamento Externo

Quadro 4 – Financiamento do Défice

Quadro 5 - Movimentos dos Fundos Externos que transitam pela CUT

Quadro 6 – Despesa de Funcionamento, segundo a classificação económica, em comparação com a dotação orçamental anual e a realização em igual período do ano anterior

Quadro 7 – Despesa de Funcionamento, por âmbito e fonte de recursos

Quadro 8 – Despesa de Funcionamento por âmbitos em comparação com a dotação orçamental e a realização em 2008

Quadro 9 – Despesa de Investimento, segundo a origem do financiamento, em comparação com a dotação orçamental anual e a realização em igual período do ano anterior

Quadro 9 a – Desembolsos e utilizações dos fundos comuns e fundos individuais via CUT

Quadro 10 – Despesa de Investimento por âmbito e fonte de recursos

Quadro 11 – Componente Interna do Investimento por Âmbitos, em comparação com a dotação orçamental e a realização em 2008

Quadro 11a - Componente Externa do Investimento por Âmbitos, em comparação com a dotação orçamental e a realização em 2008

- Quadro 12 – Resumo da Despesa Total por Âmbitos, em comparação com a dotação orçamental
- Quadro 13 – Despesa dos Sectores Prioritários
- Quadro 14– Despesa Total Segundo a Classificação Funcional
- Quadro 15 – Operações Financeiras, em comparação com a dotação orçamental e a realização em 2008
- Quadro 16 – Empréstimos por Acordos de Retrocessão, por Fonte de Financiamento e Beneficiário

## 2. MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

### Mapas Globais

- Mapa I – Receitas do Estado, segundo a classificação económica, em comparação com a previsão
- Mapa I-a – Receitas Próprias previstas e cobradas
- Mapa II – Financiamento do Défice, segundo a classificação económica, em comparação com a previsão
- Mapa III-1 – Resumo da Despesa Total e Operações Financeiras, segundo a classificação económica, em comparação com a dotação orçamental - âmbitos central, provincial, distrital e autárquico
- Mapa III-2 – Resumo da Despesa segundo a classificação funcional, em comparação com a dotação orçamental

### Mapas de Despesa de Funcionamento

- Mapa IV-1 - Despesa de Funcionamento, segundo a classificação económica, em comparação com a dotação orçamental - âmbitos central, provincial, distrital e autárquico
- Mapa IV-2 - Despesa de Funcionamento, segundo as classificações económica e de fonte de recursos, em comparação com a dotação orçamental – âmbitos central, provincial, distrital e autárquico
- Mapa IV-3 - Despesa de Funcionamento, segundo as classificações orgânica e de fonte de recursos, em comparação com a dotação orçamental - âmbito central, provincial, distrital e autárquico
- Mapa IV-4 - Despesa de Funcionamento, segundo as classificações orgânica e económica, em comparação com a dotação orçamental - âmbitos central, provincial e distrital

### Mapas de Despesa de Investimento

- Mapa V-1 – Despesa de Investimento, segundo a classificação económica, em comparação com a dotação orçamental - âmbitos central, provincial e distrital
- Mapa V-2 - Despesa de Investimento, segundo as classificações orgânica e de fonte de recursos, em comparação com a dotação orçamental – Financiamento Interno - âmbitos central, provincial, distrital e autárquico
- Mapa V-3 – Despesa de Investimento, segundo as classificações orgânica e de fonte de recursos, em comparação com a dotação orçamental - Financiamento Externo - âmbitos central, provincial, distrital e autárquico
- Mapa V-4 - Despesa da componente externa do investimento, segundo as classificações orgânica e de fonte de recursos e por projectos, em comparação com a dotação orçamental - âmbito central, provincial e distrital

### Mapa das Despesas dos Sectores Prioritários

Mapa VI – Despesas dos Sectores Prioritários, segundo a classificação orgânica, em comparação com a dotação orçamental

### Mapa de Operações Financeiras

Mapa VII – Operações Financeiras, segundo a classificação económica, em comparação com a dotação orçamental

### Mapa de Adiantamentos por Operações de Tesouraria

Mapa VIII – Adiantamentos por Operações de Tesouraria, segundo as classificações orgânica e económica

## 3. ANEXOS INFORMATIVOS

Anexo 1 – Cobrança do Crédito Mal Parado do Banco Austral

Anexo 2 – Alterações Orçamentais

Anexo 3 – Movimento dos Créditos do Estado

# EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO DE JANEIRO A JUNHO DE 2009

## 1. RELATÓRIO

### 1.1- INTRODUÇÃO

O presente Relatório apresenta a execução do Orçamento do Estado e o resultado da actividade financeira, de Janeiro a Junho de 2009, nos termos estabelecidos pelo SISTAFE e processado pelo respectivo sistema electrónico, o e-SISTAFE.

Na primeira parte deste Relatório apresenta-se a análise dos dados da execução orçamental, organizada e estruturada da seguinte forma:

- Equilíbrio Orçamental apurado no período, em comparação com o orçamentado para o ano;
- Receitas do Estado, segundo a classificação económica, em comparação com a previsão anual e a cobrança em igual período do ano anterior, evidenciando as Receitas Próprias dos diversos serviços e administrações distritais;
- Financiamento do Défice, segundo a classificação económica, em comparação com a previsão anual, bem como os respectivos desembolsos, por origens e naturezas;
- Despesas de Funcionamento, em comparação com a dotação orçamental e a realização em igual período do ano anterior, distribuídas pelos diferentes âmbitos e segundo as classificações económica, orgânica, de fonte de recursos e territorial;
- Despesas de Investimento, nos mesmos moldes das despesas de funcionamento, incluindo a relação da componente externa do investimento, por projecto;
- Despesas dos Sectores Prioritários, no âmbito do PARPA, segundo a classificação orgânica, em comparação com a dotação orçamental;
- Despesas Segundo a Classificação Funcional, em comparação com a dotação orçamental;
- Operações Financeiras, segundo a classificação económica, em comparação com a dotação orçamental;
- Adiantamentos por Operações de Tesouraria, segundo classificações orgânica e económica;

- Resultado da actividade financeira do Estado, no sentido de se evidenciar o crédito interno líquido apurado nas contas monetárias (Mapa Fiscal).

No que se refere a despesas de investimento e operações financeiras activas, com financiamento externo que não transita pela CUT, o procedimento utilizado para a sua incorporação na execução orçamental e, conseqüentemente, a forma como aparece neste Relatório é o seguinte:

- Os desembolsos de créditos externos para pagamento directo aos fornecedores de bens e serviços para projectos de investimento do Orçamento do Estado ou de terceiros, por Acordos de Retrocessão, comunicados pelos credores ao Ministério das Finanças, são incorporados no e-SISTAFE, com base nessa comunicação (investimento ou operações financeiras activas, consoante o caso) e receiptados com a devida classificação económica;
- Os desembolsos de donativos externos para pagamento directo aos fornecedores de bens e serviços para projectos de investimento do Orçamento do Estado, quando comunicados à Contabilidade Pública pelo sector beneficiário e inscritos no Orçamento do Estado, são, também, incorporados e receiptados, como referido anteriormente;
- A despesa de investimento realizada com donativos externos, depositados em contas bancárias à ordem do utilizador, isto é, ordenada pela instituição responsável pela execução do projecto, quando inscrita no Orçamento do Estado, é incorporada com base na informação processada pelo sector, segundo o modelo estabelecido pela Contabilidade Pública, e receiptada, como nos outros casos.

Por força deste procedimento, nem toda a informação sobre o financiamento externo pode ser processada e liquidada no e-SISTAFE dentro do período a que se refere, mas, dado que o Relatório é publicado até 45 dias após o fim desse período, é integrada no mesmo, como despesa por liquidar, procedendo-se à sua incorporação no período seguinte.

Na segunda parte do Relatório apresentam-se os mapas que contêm a informação analisada na primeira parte.

Para facilitar a compreensão, a seguir se explica o significado de algumas rubricas e classificações utilizadas no relatório:

- Adiantamento de Fundos, é a concessão de fundos aos órgãos e instituições que não executam os respectivos orçamentos por via directa, para a realização das despesas programadas para um determinado período, a qual obedece à classificação económica por agregados de despesa;
- Despesa Liquidada, é a despesa efectuada pelo valor definitivo da prestação de contas, com a devida classificação orçamental desagregada;
- Adiantamento por Operações de Tesouraria, é o adiantamento de fundos para a realização de uma ou mais despesas, num determinado momento ou período, quando ainda não se conhece a devida classificação orçamental ou o valor definitivo, e que, após a prestação de contas, se converte em despesa liquidada;

- Serviço da Dívida liquidado no período (juros e amortizações), difere do efectivamente pago pelo Banco de Moçambique, na medida em que este retém numa conta bancária as Ordens de Pagamento emitidas a seu favor, para o efeito, utilizando-as na medida do exigido pelo processo de pagamento no exterior, operação que implica compra de moeda externa, transferências, recepção da confirmação de pagamento, etc.;
- Contravalores não Consignados, são os contravalores dos donativos e créditos externos transferidos para a CUT;
- Contravalores Consignados a Projectos, correspondem aos valores dos fundos externos utilizados para a realização de projectos de investimento inscritos no Orçamento do Estado.

## 1.2 – EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O equilíbrio orçamental resultante da execução ocorrida de Janeiro a Junho de 2009, em comparação com o orçamentado, é apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 - Equilíbrio Orçamental 2009  
(Em Milhões de Meticais)

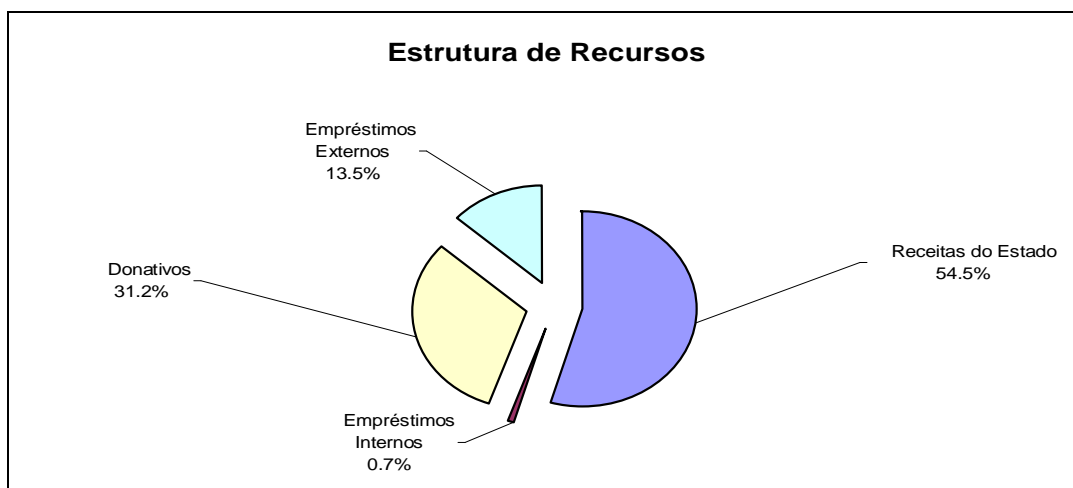
	Orçamento 2009 a/		Realização Jan/Jun		Taxa
	Valor	Peso	Valor	Peso	Realiz.
Recursos Internos	46,506.3	47.4%	21,383.8	55.3%	46.0%
Receitas do Estado	46,216.3	47.1%	21,093.8	54.5%	45.6%
Empréstimos Internos	290.0	0.3%	290.0	0.7%	100.0%
Recursos Externos	51,635.7	52.6%	17,294.1	44.7%	33.5%
Donativos	36,671.6	37.4%	12,086.0	31.2%	33.0%
Empréstimos	14,964.2	15.2%	5,208.1	13.5%	34.8%
Total de Recursos	98,142.1	100.0%	38,677.9	100.0%	39.4%
Despesas de Funcionamento b/	43,994.8	44.8%	21,827.5	56.4%	49.6%
Despesas de Investimento	47,452.6	48.4%	12,421.5	32.1%	26.2%
Componente Interna b/	13,446.6	13.7%	5,243.9	13.6%	39.0%
Componente Externa c/	34,006.0	34.6%	7,177.7	18.6%	21.1%
Operações Financeiras	6,694.7	6.8%	1,492.3	3.9%	22.3%
Activas	5,033.4	5.1%	754.3	2.0%	15.0%
Passivas	1,661.3	1.7%	737.9	1.9%	44.4%
Total de Despesa	98,142.1	100.0%	35,741.3	92.4%	36.4%
Outras Aplicações	0.0	0.0%	2,936.6	7.6%	
Total de Aplicações	98,142.1	100.0%	38,677.9	100.0%	39.4%

a/- Orçamento Inicial

b/- Incluindo Adiantamentos por Operações de Tesouraria.

c/- Incluindo despesas extra CUT ainda não incorporadas no sistema.

Os recursos ficaram em 39,4% do orçamento, tendo os recursos internos atingido 46% e os recursos externos 33,5%, com as Receitas do Estado realizadas em 45,6%, os empréstimos internos em 100%, os donativos em 33,0% e os empréstimos externos em 34,8%. Enquanto se pode considerar normal a taxa de realização das Receita do Estado para o período, o mesmo não acontece com a dos recursos externos, que é baixa. No gráfico seguinte é apresentada a estrutura de recursos que financiaram a despesa do Estado:

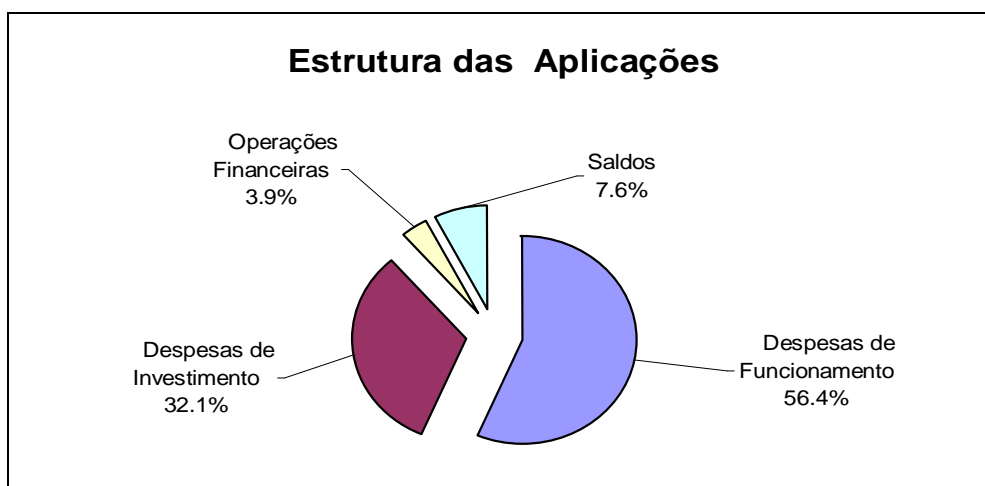


Observa-se do gráfico anterior que do total dos recursos mobilizados durante o período, 54,5% são de Receitas do Estado, 0,7% de Empréstimos Internos (Obrigações do Tesouro), 31,2% de Donativos e 13,5% de Empréstimos Externos.

Nas aplicações, as despesas de funcionamento foram realizadas em 49,6% do valor orçamentado, as de investimento em 26,2% e as operações financeiras em 22,3%. Nas despesas de investimento, a componente interna foi realizada em 39,0% e a externa em 21,1%.

Entretanto, os saldos das contas de recursos aumentaram em 2.936,6 milhões de meticais, representando 7,6% dos recursos obtidos, o que se explica pelo desembolso do Banco Mundial, efectuado em Dezembro de 2008, para apoio ao Orçamento em 2009.

No gráfico seguinte é apresentada a estrutura das aplicações, no período de Janeiro a Junho:



Conforme se pode observar no gráfico acima, a Despesa de Funcionamento absorveu 56,4% do total das aplicações, a Despesa de Investimento 32,1%, as Operações Financeiras 3,9% e a variação de saldos 7,6%.

### 1.3 – RECEITAS DO ESTADO

As receitas cobradas de Janeiro a Junho de 2009 ascenderam a 21.093,8 milhões de meticais, o que corresponde a uma taxa de realização de 45,6% em relação à previsão anual, com a composição que se apresenta no Mapa I.

No Quadro 2 apresenta-se a cobrança efectuada no período, por grupo de receitas, em comparação com a previsão e a cobrança no ano anterior:

Quadro 2- Receitas do Estado: Cobrança de Janeiro a Março de 2009, em Comparação com o Orçamentado e a Cobrança em Igual Período de 2008 (10<sup>6</sup> Meticais)

	Ano de 2008			Ano de 2009			Crescim. 2008/2009 a/
	Orçamento Anual	Cobrança Jan/Jun	Taxa Real.	Orçamento Anual	Cobrança Jan/Jun	Taxa Real.	
Receitas Fiscais	32,918.0	15,979.4	48.5%	39,675.0	18,591.9	46.9%	9.5%
Impostos s/ o Rendimento	10,003.8	5,557.2	55.6%	12,385.1	6,614.4	53.4%	14.1%
Impostos s/ Bens e Serviços	18,860.5	8,871.4	47.0%	22,740.3	10,143.1	44.6%	6.0%
<i>Nas operações internas</i>	7,094.9	3,286.5	46.3%	8,612.4	3,952.1	45.9%	15.3%
<i>Nas operações externas</i>	11,765.6	5,585.0	47.5%	14,127.9	6,190.9	43.8%	0.6%
Outros Impostos b/	4,053.7	1,550.8	38.3%	4,549.6	1,834.4	40.3%	13.4%
Receitas Não Fiscais c/	2,832.6	950.1	33.5%	3,067.2	1,151.9	37.6%	16.2%
Receitas Próprias	1,263.9	501.6	39.7%	1,246.9	690.7	55.4%	32.0%
Receitas de Capital	1,801.4	880.6	48.9%	2,227.2	659.2	29.6%	-28.3%
Total	38,816.0	18,311.7	47.2%	46,216.3	21,093.8	45.6%	8.7%

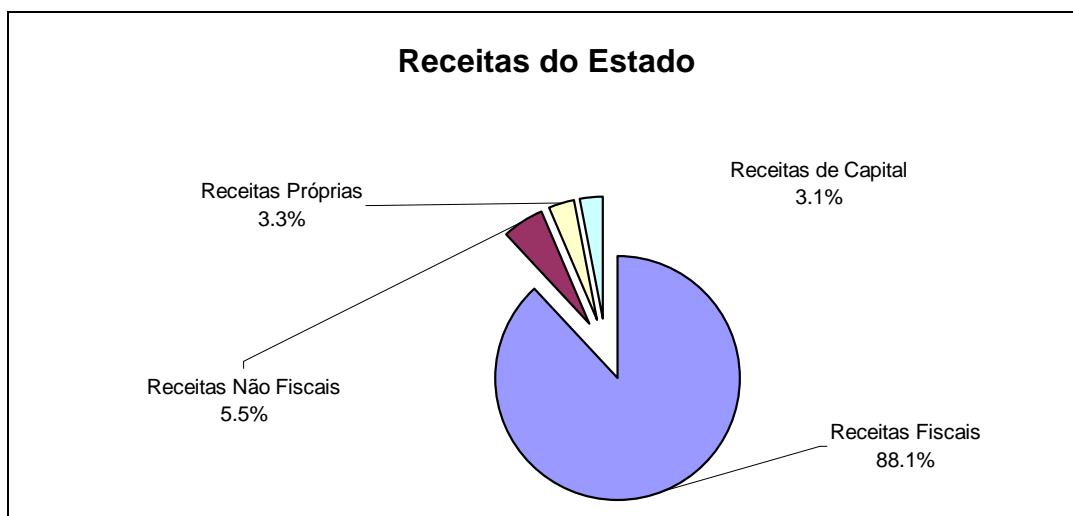
a/- Em termos reais, com inflação a 4,34% e variação cambial a 10,2%.      b/- Inclui toda a receita de Taxa sobre os Combustíveis

c/- Inclui as Receitas Consignadas, excepto a da Taxa sobre os Combustíveis.

O nível de realização alcançado foi inferior em 1,6 pontos percentuais ao registado no mesmo período de 2008, por influência de Receitas Fiscais e de Receitas de Capital, que ficaram abaixo dos níveis do ano anterior em 1,6 e 19,3 pontos percentuais, respectivamente.

Porém, em termos de variação, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, as receitas cobradas no 1º semestre de 2009 tiveram um crescimento real de 8,7%, para o que contribuíram todos os grupos de receita, excepto as de Capital, que registaram um decréscimo de 28,3%.

O gráfico a seguir mostra a estrutura da cobrança das Receitas do Estado no 1º semestre de 2009:



Constata-se do gráfico anterior que as Receitas Fiscais tiveram maior peso na estrutura das receitas arrecadadas com 88,1%, seguidas das Receitas Não Fiscais com 5,5%, tendo as Receitas Próprias e as Receitas de Capital representado respectivamente 3,3% e 3,1% das receitas totais.

A cobrança dos Impostos sobre o Rendimento, registou uma taxa de realização de 53,4% e cresceu em 14,1%, em relação ao mesmo período do ano anterior, em termos reais, tendo contribuído para esse bom desempenho o IRPC, que cresceu 28,6% devido: *i)* ao pagamento significativo de algumas empresas com período de tributação diferente do ano civil; *ii)* à melhoria no controle dos pagamentos e tributação a não residentes; e *iii)* ao aumento do número de contribuintes.

A cobrança dos Impostos sobre Bens e Serviços registou uma taxa de realização de 44,6% e cresceu em 6%, em termos reais, em relação ao ano anterior, para o que contribuiu o IVA nas operações internas, que cresceu em 20,6%, como resultado da contínua melhoria do controlo dos sujeitos passivos faltosos, dos créditos sistemáticos e dos trabalhos de fiscalização tributária efectuados. O IVA nas importações cresceu em 4,4%, o Imposto sobre Consumos Específicos de Produção Nacional decresceu em 3,9%, devido à redução do consumo da cerveja, provocada pelo aumento do seu preço e à redução do consumo do tabaco, tendo os Direitos Aduaneiros decrescido em 7,3%, devido ao desarmamento pautal.

A cobrança de Outros Impostos registou uma taxa de realização de 40,3% e cresceu em 13,4%, em termos reais, em relação ao ano anterior, tendo registado diminuições significativas, apenas o Imposto sobre a Produção Mineira e os Royalties e Impostos de Superfície, devido à redução dos níveis de produção.

A cobrança de Receitas não Fiscais registou uma taxa de realização de 37,6% e cresceu em 16,2%, em termos reais, em relação ao ano anterior, por influência de todas as suas componentes, incluindo Receitas Consignadas, como resultado dos trabalhos de sensibilização que a Administração Fiscal tem vindo a realizar junto das diversas instituições do Estado, no sentido de canalizarem as receitas para as Direcções de Áreas Fiscais.

A cobrança de Receitas Próprias registou uma taxa de realização de 55,4% e cresceu em 32%, em termos

reais, em relação ao ano anterior, em consequência do aumento do volume de entregas às Direcções de Áreas Fiscais, nos âmbitos central e provincial.

A cobrança de Receitas de Capital registou uma taxa de realização de 29,6% e decresceu em 28,3%, em termos reais, em relação ao ano anterior, por influência, sobretudo, da receita de concessão paga pela Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD), que foi de 550 milhões de meticais no 1º semestre de 2008 e deixou de existir no corrente ano.

Conforme se pode observar na nota b/ do Mapa I e se resume aqui, em comparação com o registado em 2008, a contribuição dos Megaprojectos na receita cobrada no 1º semestre de 2009 foi de 498.463 mil meticais, equivalente a 2,4% da receita total, tendo decrescido em 60,5%, em termos reais, em relação ao mesmo período de 2008:

Megaprojectos	2008	2009	Varição
Produção de Energia	176,470	253,934	37.9%
Exploração de Petróleo	100,536	10,605	-89.9%
Exploração de Recursos Minerais	604,117	96,899	-84.6%
Outros Megaprojectos	327,634	137,026	-59.9%
Total Pago por Megaprojectos	1,208,757	498,463	-60.5%
Receita Total	18,311,699	21,093,776	8.7%
Contribuição dos Megaprojectos	6.6%	2.4%	

O referido decréscimo ficou a dever-se ao término da receitação da taxa de concessão paga pela CVRD, à queda do contributo dos Megaprojectos do sector de exploração do petróleo e à redução da contribuição da MOZAL, provocada pela queda do preço internacional do alumínio, como resultado da crise financeira internacional.

#### 1.4 – FINANCIAMENTO DO DÉFICE

De Janeiro a Junho de 2009, os desembolsos de donativos e créditos externos para o Financiamento do Défice atingiram 17.294,1 milhões de meticais, representando 33,5% da previsão, com a distribuição por fontes e modalidades que se apresenta, a seguir, no Quadro 3:

Quadro 3- Desembolsos/Entradas de Financiamento Externo em 10<sup>6</sup> Meticais

Fontes	Apoio ao Orçamento	Reembolsos a/	Financiam. Projectos via CUT	Financiam. Projectos extra CUT	Acordos de Retrocessão	Total
Alemanha	494.8			94.9		589.7
Austria b/	114.7					114.7
Bélgica			17.5	6.4		23.9
Canadá	262.0			0.0		262.0
Dinamarca	225.4		6.1	78.0		309.5
Espanha	261.5			15.3		276.8
EUA		20.2		95.8		115.9
Finlandia	232.0			17.3		249.3
França				3.1		3.1
Holanda	666.5			222.8		889.3
Irlanda	392.8			0.0		392.8
Itália	139.8			155.7		295.5
Japão		8.6		21.5		30.1
Noruega	430.9			13.4		444.3
Portugal						0.0
Reino Unido	1,544.9			52.4		1,597.2
Suécia	1,063.1			274.9		1,338.0
Suíça				3.3		3.3
União Europeia			17.3	68.2		85.5
UNICEF				272.5		272.5
FUNDO GLOBAL			91.1	373.2		464.2
BAD/FAD	802.5	0.5		188.0	213.6	1,204.7
BADEA				10.3	4.8	15.2
BID		1.8		6.6		8.4
FIDA				7.3		7.3
NDF				8.6	57.3	65.8
WB/IDA b/	2,086.1		23.5	1,257.4	297.4	3,664.3
OPEC Fund				74.3	4.9	79.2
Várias n.e.		53.0		898.3	139.4	1,090.7
FC-PROAGRI			321.1			321.1
FC-FASE			1,176.6	280.0		1,456.6
FC-PROSAÚDE			779.3	253.4		1,032.7
FC-HIV/SIDA			74.0			74.0
FC-Apoio Sector Águas			79.8			79.8
FC-Medicamentos				197.5		197.5
FC-UTRAFE			100.0			100.0
Outros Fundos Comuns c/			139.4			139.4
<b>Total</b>	<b>8,717.0</b>	<b>84.1</b>	<b>2,825.5</b>	<b>4,950.1</b>	<b>717.3</b>	<b>17,294.1</b>
Previsão Anual	12,802.5		11,090.2	22,915.9	4,827.2	51,635.7
Taxa de Realização	68.7%		25.5%	21.6%	14.9%	33.5%

a/- Em Anexo Informativo 3, a relação por Devedores.

b/- Desembolsado em 2008 p/ Apoio ao Orçamento em 2009.

c/- Apoio ao Tribunal Administrativo e Apoio ao INE.

A baixa taxa de realização dos desembolsos externos ficou a dever-se aos financiamentos consignados a projectos, já que o destinado ao Apoio Directo ao Orçamento atingiu 68,7%, devido ao desembolso antecipado do Banco Mundial.

Para o Financiamento do Défice, isto é, entrada na CUT (Contravalores Não Consignados e Empréstimos

Internos) ou aplicação em projectos (Contravalores Consignados), foram utilizados 16.445,5 milhões de meticais, com a composição que se mostra no Mapa II e se resume no Quadro 4:

Quadro 4- Financiamento do Défice de Janeiro a Junho de 2009 (Em Milhões de Meticais)

	Donativos		Créditos		Total	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso
Contravalores Não Consignados	4,746.5	43.4	2,916.0	53.0	7,662.5	46.6
Entradas na CUT	4,746.5	43.4	2,916.0	53.0	7,662.5	46.6
Contravalores Consignados	6,202.2	56.6	2,290.8	41.7	8,493.0	51.6
FC-PROAGRI	321.1	2.9	0.0	0.0	321.1	2.0
FC-FASE	1,176.6	10.7	0.0	0.0	1,176.6	7.2
FC-PROSAÚDE	779.3	7.1	0.0	0.0	779.3	4.7
FC-HIV/SIDA	74.0	0.7	0.0	0.0	74.0	0.4
FC-Apoio ao Sector de Águas	79.8	0.7	0.0	0.0	79.8	0.5
FC-Apoio ao Tribunal Administrativo	23.1	0.2	0.0	0.0	23.1	0.1
FC-INE	44.2	0.4	0.0	0.0	44.2	0.3
FC-UTRAFE	100.0	0.9	0.0	0.0	100.0	0.6
Outros Fundos Comuns a/	72.1	0.7	0.0	0.0	72.1	0.4
Diversos Projectos/CUT b/	139.9	1.3	15.6	0.3	155.5	0.9
Diversos Projectos/Sectores c/	2,470.5	22.6	982.9	17.9	3,453.4	21.0
Diversos Projectos/Fontes d/	921.8	8.4	574.9	10.5	1,496.7	9.1
Acordos de Retrocessão/Fontes	0.0	0.0	717.3	13.0	717.3	4.4
Empréstimos Internos	0.0	0.0	290.0	5.3	290.0	1.8
Total	10,948.7	100.0	5,496.8	100.0	16,445.5	100.0
Peso	66.6		33.4		100.0	

a/- FC-UTRESP e FC-ATM.

b/- Bélgica, Dinamarca, Fundo Global, IDA, Itália, Holanda, Suécia e UE.

c/- Financiamento através de contas bancárias dos sectores.

d/- Pagamentos directos pelo doador/credor.

Do total dos recursos utilizados, 66,6% foram constituídos por donativos e 33,4% por créditos, sendo de 46,6%, 51,6% e 1,8%, respectivamente, a distribuição por recursos externos não consignados, recursos externos consignados e empréstimos internos.

Entretanto, as contas dos diferentes fundos que transitam pela CUT tiveram, no período, os movimentos que se apresentam no Quadro 5:

Quadro 5- Movimentos dos Fundos Externos que transitam pela CUT (Em 10<sup>6</sup> Meticais)

Fundos Externos	Saldos em 31/12/08	Entradas	Saídas	Saldos em 31/03/09
Apoio ao Orçamento e Balança de Pgtos.	1,296.3	6,630.5	7,665.1	261.8
UE/Facilidade em Divisas	84.7	17.3	96.8	5.2
USAID/Aj. Alimentar e Reembolsos	438.9	20.2	0.0	459.1
Japão/Aj. Alimentar e Reembolsos	354.3	8.6	162.4	200.6
Alívio da Dívida a/	7.6	0.0	0.0	7.6
FC-PROAGRI	43.9	321.1	252.4	112.6
FC-FASE	26.6	1,435.5	1,151.0	311.1
FC-PROSAÚDE	0.0	1,032.7	884.6	148.1
FC-HIV/SIDA	62.0	74.0	110.7	25.3
FC-Apoio ao Sector de Águas	3.7	79.8	16.8	66.7
FC-Apoio ao Tribunal Administrativo	12.5	23.1	32.8	2.8
FC-INE	12.5	44.2	48.6	8.1
FC-UTRAFE	0.0	100.0	69.6	30.4
FC-PPFD	6.1	0.0	0.0	6.1
FC-AATM	0.0	72.1	17.0	55.0
Fundos Individuais b/	56.3	149.8	165.0	41.1
<b>Total</b>	<b>2,405.5</b>	<b>10,008.8</b>	<b>10,672.7</b>	<b>1,741.6</b>

a/- FMI-HIPC, FMI-MDRI e IDA-Reino Unido.

b/- Bélgica, DANIDA, DFID, Fundo Global, IDA, Holanda, e UE.

## 1.5 – DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

De Janeiro a Junho de 2009, as despesas de funcionamento atingiram o valor de 21.827,5 milhões de meticais, representando 49,6% da dotação, conforme se resume no Quadro 6, em comparação com a dotação orçamental e a despesa realizada no ano anterior:

Quadro 6 - Despesa de Funcionamento, Segundo a Classificação Económica, em Comparação com a Dotação Anual e a Realização em 2008 (Em milhões de meticais)

Classificação Económica	Ano 2008			Ano 2009						Variação 2008/09 d/
	Orçamento Anual a/	Realização Jan/Jun	Taxa de Realiz.	Orçamento Anual		Realização Jan/Jun			Taxa de Realiz. c/	
				Inicial	Actual	Liquidações	Adiant. b/	Total		
Despesas c/ o Pessoal	18,095.1	9,343.0	51.6%	21,572.1	21,594.6	10,950.3	495.3	11,445.7	53.0%	17.4%
Salários e Remunerações	16,827.6	8,626.8	51.3%	19,803.3	19,792.2	10,269.0	269.1	10,538.1	53.2%	17.1%
Outras Despesas c/ Pessoal	1,267.6	716.2	56.5%	1,768.8	1,802.5	681.3	226.3	907.5	50.4%	21.5%
Bens e Serviços	8,178.6	4,076.1	49.8%	9,086.4	9,179.2	3,560.9	789.1	4,350.0	47.4%	2.3%
Encargos da Dívida	1,651.0	685.7	41.5%	1,391.9	1,391.9	646.0	0.0	646.0	46.4%	-11.7%
Juros Internos	1,122.0	441.5	39.3%	854.1	854.1	380.1	0.0	380.1	44.5%	-17.5%
Juros Externos	529.0	244.2	46.2%	537.8	537.8	265.9	0.0	265.9	49.4%	-1.2%
Transferências Correntes	7,025.9	3,637.8	51.8%	7,747.9	7,764.1	3,122.4	801.8	3,924.2	50.5%	2.7%
Transfer. a Admin. Públicas	1,395.2	634.9	45.5%	1,496.0	1,498.0	257.1	477.0	734.1	49.0%	7.4%
Autarquias	509.4	221.9	43.6%	560.2	560.2	227.5	33.2	260.7	46.5%	12.6%
Embaixadas	756.6	376.3	49.7%	752.7	753.4	0.7	427.6	428.3	56.9%	3.3%
Outras	129.2	36.7	28.4%	183.2	184.5	28.8	16.2	45.0	24.4%	17.5%
Transfer. a Admin. Privadas	273.4	133.8	48.9%	327.7	327.7	142.7	19.9	162.6	49.6%	16.5%
Transferências a Famílias	5,188.8	2,803.6	54.0%	5,749.3	5,763.4	2,688.3	278.9	2,967.2	51.5%	1.4%
Pensões	3,631.4	2,202.2	60.6%	4,338.3	4,298.5	2,279.2	138.9	2,418.1	56.3%	5.2%
Despesas Sociais	648.7	284.1	43.8%	684.4	712.3	211.3	68.5	279.8	39.3%	-5.6%
Outras	908.6	317.4	34.9%	726.6	752.6	197.8	71.5	269.3	35.8%	-18.7%
Transferências ao Exterior	168.5	65.6	38.9%	174.9	175.1	34.4	26.0	60.3	34.5%	-16.5%
Subsídios	422.7	175.2	41.4%	430.0	430.0	282.5	0.0	282.5	65.7%	54.6%
Outras Despesas Correntes	2,309.8	866.7	37.5%	3,321.9	3,180.5	367.1	742.3	1,109.3	34.9%	22.7%
Exercícios Findos	12.0	0.6	5.4%	0.3	0.3	0.1	0.0	0.1	42.8%	-81.8%
Despesas de Capital	385.5	92.9	24.1%	444.3	454.1	61.1	8.6	69.7	15.3%	-28.1%
Total	38,080.7	18,878.1	49.6%	43,994.8	43,994.8	18,990.5	2,837.0	21,827.5	49.6%	10.6%

a/- Actual em 30/06/2008.

b/- Adiantamentos de fundos concedidos pelo sistema e por Operações de Tesouraria, ainda não liquidados.

c/- Em relação ao Orçamento Actual.

d/- Em termos reais, com inflação a 4,34% e variação cambial a 10,2%.

Constata-se que a taxa de realização registada no 1º semestre de 2009 foi exactamente igual à do período homólogo de 2008, tendo sido maiores, no corrente ano, as taxas de realização de Despesas com o Pessoal, Encargos da Dívida, Subsídios e Exercícios Findos e menores as de Bens e Serviços, Transferências Correntes, Outras Despesas Correntes e Despesas de Capital.

Em termos de variação, em relação ao mesmo período do ano anterior, registou-se um crescimento de 10,6%, em termos reais, provocado pelas rubricas de Despesas com o Pessoal, Subsídios e Outras Despesas Correntes, que registaram aumentos de 17,4%, 54,6% e 22,7%, contrabalançando as diminuições em Encargos da Dívida e Despesas de Capital, que foram de 11,7% e 28,1%, respectivamente, bem como os pequenos aumentos em Bens e Serviços e Transferências Correntes.

O crescimento registado em Despesas com o Pessoal ficou a dever-se tanto a Salários e Remunerações,

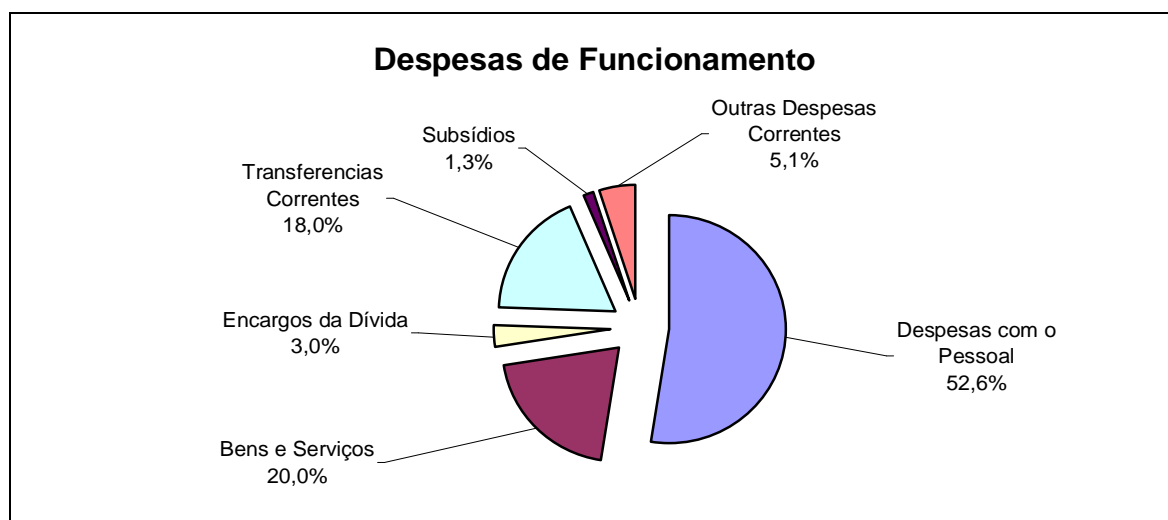
17,1%, como a Outras Despesas com o Pessoal, 21,5%, e explica-se pelo aumento dos efectivos efectuado em 2008, bem como pelo início da aplicação da nova Política Salarial; o crescimento na rubrica Subsídios resultou do facto de terem sido contemplados, no período, mais empresas do que no período homólogo do ano anterior e o aumento em Outras Despesas Correntes ficou a dever-se a despesas com as Eleições Gerais e Provinciais a realizar no corrente ano.

A diminuição registada em Encargos da Dívida foi influenciada, principalmente, pelos Juros Internos, devido ao menor valor em dívida em 2009, comparativamente ao ano anterior.

A diminuição em Despesas de Capital, assim como o fraco crescimento em Bens e Serviços, revelam uma certa contenção que vem sendo feita nas despesas variáveis e não contratuais.

As Transferências Correntes também registaram um fraco crescimento, 2,7%, embora algumas das suas sub-rubricas tenham crescido acima da média do conjunto, como é o caso das Transferências a Autarquias e das Transferências a Administrações Privadas, que cresceram em 12,6% e 16,5%, respectivamente. O crescimento das Autarquias justifica-se pelo aumento do número de municípios, de 33 em 2008, para 43 em 2009.

O gráfico a seguir mostra a repartição percentual da Despesa de Funcionamento, segundo a classificação económica, onde o agregado "Outras Despesas" integra Outras Despesas Correntes, Exercícios Findos e Despesas de Capital:



Conforme se observa no gráfico acima, as Despesas com o Pessoal representaram 52,6% da Despesa de Funcionamento, seguidas dos Bens e Serviços, com 20,0% e das Transferências Correntes, com 18,0%. As "Outras Despesas", os Encargos da Dívida e os Subsídios representaram 5,1%, 3,0% e 1,3%, respectivamente.

Em termos de repartição das despesas de funcionamento, segundo os diferentes âmbitos, verifica-se que o âmbito central representou 50,8% do total realizado, o provincial 42,0%, o distrital 6,0% e o autárquico 1,2%, como se pode ver, a seguir, no Quadro 7, em comparação com o orçamentado, que foi de 54,2%, 37,5%, 7,1% e 1,3%, respectivamente:

Quadro 7- Despesa de Funcionamento por Âmbito e Fonte de Recursos - 10<sup>6</sup> Meticais)

Fonte de Recursos	Âmbito Central	Âmbito Provincial	Âmbito Distrital	Âmbito Autárq.	Total	(%)	Orçamento	(%)
Receitas Ordinárias	10,977.5	9,128.8	1,307.2	260.7	21,674.2	99.3	41,853.7	95.1
Receitas Consignadas	77.7	6.1	0.5	0.0	84.4	0.4	1,055.8	2.4
Receitas Próprias	30.9	28.8	9.3	0.0	69.0	0.3	1,085.3	2.5
Total	11,086.1	9,163.7	1,317.0	260.7	21,827.5	100.0	43,994.8	100.0
(%)	50.8%	42.0%	6.0%	1.2%	100.0%			
Orçamento	23,838.8	16,491.0	3,107.0	558.0	43,994.8			
(%)	54.2%	37.5%	7.1%	1.3%	100.0%			

Em termos de fonte de recursos, as despesas de funcionamento foram financiadas em 99,3% por receitas ordinárias, 0,4% por receitas consignadas e 0,3% por receitas próprias.

### 1.5.1 – Despesa de Funcionamento por Âmbitos

A distribuição da despesa de funcionamento pelos diferentes âmbitos orçamentais, no período de Janeiro a Junho de 2009, em comparação com as dotações orçamentais e a realização no ano anterior, é apresentada no Quadro 8, segundo a classificação territorial:

Quadro 8 - Despesa de Funcionamento por Âmbitos, em Comparação com a Dotação e a Realização em 2008  
(Em Milhões de Meticais)

Classificação Territorial	Ano 2008			Ano 2009			Var. a/ 2008/09
	Orçam.	Realiz.	Taxa	Orçam.	Realiz.	Taxa	
Âmbito Central	21,424.5	10,016.9	46.8%	23,838.8	11,086.1	46.5%	5.7%
Âmbito Provincial	14,789.8	8,124.5	54.9%	16,491.0	9,163.7	55.6%	8.1%
Niassa	1,285.9	537.2	41.8%	1,271.1	678.9	53.4%	21.1%
Cabo Delgado	1,666.5	1,087.1	65.2%	2,040.5	1,149.6	56.3%	1.4%
Nampula	1,922.0	1,205.9	62.7%	2,211.7	1,370.4	62.0%	8.9%
Zambézia	1,414.2	839.3	59.3%	1,907.8	1,047.3	54.9%	19.6%
Tete	1,289.7	687.1	53.3%	1,464.3	906.3	61.9%	26.4%
Manica	1,094.6	657.8	60.1%	1,177.9	752.5	63.9%	9.6%
Sofala	1,701.2	860.4	50.6%	1,937.6	1,034.5	53.4%	15.2%
Inhambane	993.0	546.8	55.1%	1,123.1	648.1	57.7%	13.6%
Gaza	1,053.0	517.4	49.1%	827.9	399.8	48.3%	-25.9%
Maputo	1,066.3	544.9	51.1%	1,005.2	440.9	43.9%	-22.5%
Cidade de Maputo	1,303.4	640.6	49.1%	1,523.9	735.4	48.3%	10.0%
Âmbito Distrital	1,383.7	514.8	37.2%	3,107.0	1,317.0	42.4%	145.2%
Distritos de Niassa	85.2	32.8	38.5%	97.2	39.5	40.6%	15.5%
Distritos de Cabo Delgado	181.3	61.1	33.7%	298.4	81.6	27.4%	28.0%
Distritos de Nampula	293.4	121.6	41.5%	727.1	276.4	38.0%	117.8%
Distritos de Zambézia	175.5	54.5	31.0%	194.8	77.6	39.8%	36.6%
Distritos de Tete	113.2	42.0	37.1%	153.0	61.0	39.9%	39.3%
Distritos de Manica	78.1	21.3	27.3%	83.9	33.2	39.6%	49.5%
Distritos de Sofala	159.5	64.4	40.4%	267.1	75.1	28.1%	11.8%
Distritos de Inhambane	101.9	39.3	38.6%	225.3	59.2	26.3%	44.5%
Distritos de Gaza	83.9	35.5	42.4%	496.5	329.4	66.4%	788.3%
Distritos de Maputo	111.7	42.3	37.9%	563.7	283.9	50.4%	543.0%
Âmbito Autárquico	482.6	221.9	46.0%	558.0	260.7	46.7%	12.6%
Total	38,080.6	18,878.1	49.6%	43,994.8	21,827.5	49.6%	10.6%

a/- Em termos reais, com inflação a 4,34% e variação cambial a 10,2%.

Comparando as taxas de realização em 2009, com as registadas em 2008, sobressai a subida registada no âmbito distrital, em 5,2 pontos percentuais, mas com quedas nos distritos de Cabo Delgado, Nampula, Sofala e Inhambane. Nos distritos de Gaza registou-se uma forte subida, de 42,4% em 2008, para 66,4% em 2009, o que se explica pelo facto da sua execução orçamental, em 2008, ter estado, em parte, a cargo da Província.

No que se refere ao crescimento, em relação ao ano anterior e em termos reais, verifica-se que se registaram crescimentos em todos os âmbitos, sendo superiores à média do conjunto os dos âmbitos distrital e autárquico.

## 1.6 - DESPESAS DE INVESTIMENTO

A despesa de investimento é apresentada nos Mapas V, segundo os diversos âmbitos e classificações orçamentais.

O total da despesa de investimento <sup>1/</sup>, no período de Janeiro a Junho de 2009, cifrou-se em 12.421,5 milhões de metcais, representando 24,9% do valor orçamentado, sendo 5.243,9 milhões de metcais na componente interna e 7.177,7 milhões de metcais na componente externa, equivalentes a 39,0% e 19,7% das dotações orçamentais, respectivamente, conforme se mostra no Quadro 9:

Quadro 9- Despesa de Investimento, por Origem e Modalidade do Financiamento,  
em Comparação com a Dotação e a Realização no Ano Anterior  
(Em Milhões de Metcais)

Financiamento	Ano 2008			Ano 2009						Variação 2008/09 a/	
	Orça- mento Anual	Reali- zação Jan/Jun	Taxa Reali- zação	Orçamento		Realização Jan/Jun					Taxa de Realiz
				Anual		Pagto. CUT	Pagto. Sector	Pagto. Directo	Total		
				Inicial	Actual						
INTERNO	11.603.2	4.096.4	35.3%	13.446.6	13.446.6	5.243.9	0.0	0.0	5.243.9	39.0%	22.7%
EXTERNO	33.281.9	5.916.5	17.8%	34.006.0	36.367.6	2.227.6	3.453.4	1.496.7	7.177.7	19.7%	10.1%
Donativos	25.330.8	4.317.4	17.0%	26.705.5	28.848.4	2.212.8	2.470.5	921.8	5.605.0	19.4%	17.8%
FC-PROAGRI	2.142.0	469.0	21.9%	1.292.2	1.382.9	252.4	0.0	0.0	252.4	18.2%	-51.2%
FC-ASAS	209.3	54.3	26.0%	254.2	254.2	16.8	0.0	0.0	16.8	6.6%	-72.0%
FC-FASE	3.569.2	914.9	25.6%	3.646.7	4.306.9	871.0	280.0	0.0	1.151.0	26.7%	14.2%
FC-PROSAÚDE	3.524.9	487.6	13.8%	2.467.5	2.675.8	631.3	253.4	0.0	884.6	33.1%	64.6%
FC-SAUPROV	0.0	0.0		0.0	84.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0%	
FC-Medicamentos	202.6	202.6	100.0%	3.0	200.5	0.0	197.5	0.0	197.5	98.5%	-11.5%
FC-HIVSIDA	579.8	200.5	34.6%	526.8	526.8	110.7	0.0	0.0	110.7	21.0%	-49.9%
FC-UTRAFE	278.8	80.0	28.7%	178.0	178.7	69.6	0.0	0.0	69.6	38.9%	-21.1%
FC-UTRESP	128.9	0.0	0.0%	110.0	80.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0%	
FC-ATA	162.6	20.2	12.4%	101.6	172.6	32.8	0.0	0.0	32.8	19.0%	47.4%
FC-INE	0.0	0.0		146.9	265.9	48.6	0.0	0.0	48.6	18.3%	
FC-AATM	144.7	0.0	0.0%	291.1	291.1	17.0	0.0	0.0	17.0	5.9%	
FC-PPFD	0.0	0.0		0.0	17.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0%	
Fundos Individuais via CUT	424.5	116.8	27.5%	2.108.5	2.215.4	162.7	0.0	0.0	162.7	7.3%	26.4%
Fundos Individuais extra CUT	13.963.5	1.771.4	12.7%	15.579.0	16.195.6	0.0	1.739.6	921.8	2.661.4	16.4%	36.3%
Créditos	7.951.1	1.599.1	20.1%	7.300.5	7.519.2	14.8	982.9	574.9	1.572.6	20.9%	-10.8%
Acordos de Retrocessão	355.7	355.7	100.0%	101.9	101.9	0.0	39.3	0.0	39.3	38.6%	-90.0%
Fundos Individuais via CUT	82.1	10.5	12.8%	135.6	149.4	14.8	0.0	0.0	14.8	9.9%	27.4%
Fundos Individuais extra CUT	7.513.3	1.232.9	16.4%	7.063.1	7.268.0	0.0	943.6	574.9	1.518.5	20.9%	11.8%
Total	44.885.1	10.012.9	22.3%	47.452.6	49.814.2	7.471.4	3.453.4	1.496.7	12.421.5	24.9%	15.2%

a/ - Em termos reais, com inflação a 4,34% e variação cambial a 10,2%.

Conforme se pode verificar no quadro acima, as taxas de realização registadas no 1º. semestre do corrente ano, tanto na componente interna, como na externa, foram superiores às do período homólogo do ano anterior.

Também em termos de variação em relação ao mesmo período do ano anterior, a despesa de Investimento cresceu em 15,2%, em termos reais, tendo a componente interna crescido em 22,7% e a externa em 10,1%.

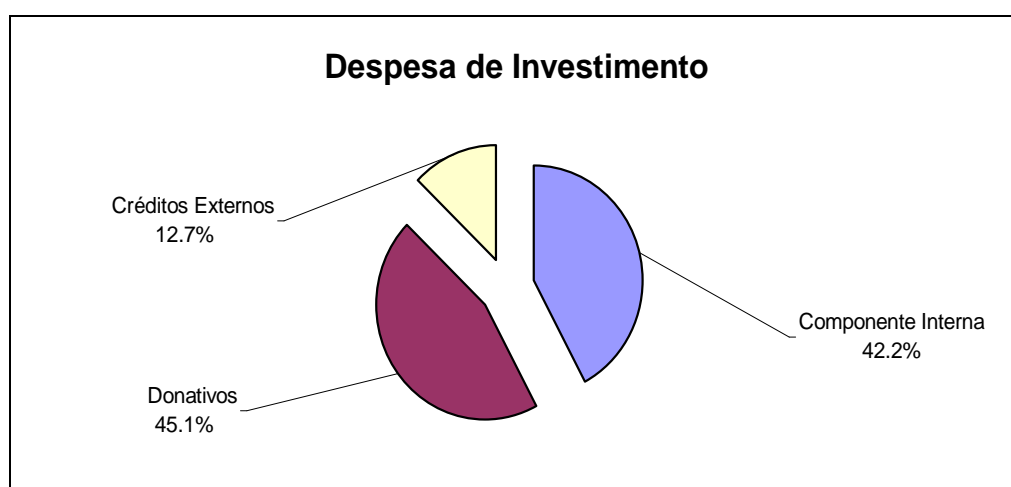
Na componente externa, os donativos cresceram em 17,8%, contrabalançando o decréscimo de 10,1% dos

1 /- Incluindo as despesas com financiamento externo fora da CUT e ainda não incorporadas no e-SISTAFE.

créditos, com os fundos comuns crescendo em 3,9%, embora com decréscimos em PROAGRI, Apoio ao Sector de Águas, Fundo Comum de Medicamentos, HIV/SIDA e UTRAFE. Os decréscimos verificados em PROAGRI, HIV/SIDA e UTRAFE explicam-se, em grande parte, pelas reduções dos respectivos valores orçamentados, comparativamente ao ano anterior e o do Fundo Comum de Medicamentos deve-se ao facto da aquisição de medicamentos ter sido orçamentada para 2009 como Fundo Comum PROSAÚDE.

Os fundos individuais via CUT cresceram em 26,4% e 27,4% por donativos e créditos, respectivamente, e os fundos individuais extra CUT em 36,3% e 11,8%. O crescimento dos fundos individuais extra CUT, por donativos, revela uma maior adesão das instituições beneficiárias na prestação atempada de contas.

O gráfico seguinte mostra a estrutura de financiamento da Despesa de Investimento:



Do gráfico anterior observa-se que a despesa de investimento foi financiada em 42,2% pela componente interna, em 45,1% por donativos e em 12,7% por créditos externos.

Os fundos comuns tiveram um peso importante na componente externa, com uma participação de 38,7% no total e 49,6% nos donativos e registaram uma taxa de realização de 26,6%.

No entanto, comparando os desembolsos dos Fundos Comuns para as respectivas contas FOREX e as transferências destas para a CUT, bem como dos fundos individuais via CUT, com as respectivas utilizações <sup>2/</sup>, verifica-se que as taxas de realização foram mais elevadas, conforme se mostra no Quadro 9a:

---

2 /- Dados das contas Forex, convertidos em meticais, e dos Mapas II e V-4.

Quadro 9a - Desembolsos e Utilizações dos Fundos Creditados na CUT  
(Em Milhões de Meticais)

	Contas Forex			CUT			Utilizações		
	Saldo Inicial	Desembolso	Disponível	Saldo Inicial	Entrada	Disponível	Valor	Em % C/ FOREX	Em % CUT
Fundos Comuns	1,569.7	4,468.8	6,038.5	515.9	3,552.5	4,068.3	2,781.0	46.1%	68.4%
FC-PROAGRI	18.4	498.7	517.1	43.9	321.1	364.9	252.4	48.8%	69.2%
FC-FASE a/	672.7	2,279.4	2,952.1	26.6	1,435.5	1,462.1	1,151.0	39.0%	78.7%
FC-PROSAÚDE a/	466.9	799.2	1,266.1	0.0	1,032.7	1,032.7	884.6	69.9%	85.7%
FC-HIVSIDA	3.8	140.5	144.3	62.0	74.0	136.0	110.7	76.7%	81.4%
FC-ASAS	0.8	112.5	113.3	3.7	79.8	83.5	16.8	14.8%	20.1%
FC-Apoio ao Tribunal Administrativo	24.6	0.0	24.6	12.5	23.1	35.6	32.8	133.6%	92.2%
FC-INE	27.9	80.9	108.8	12.5	44.2	56.7	48.6	44.6%	85.7%
FC-UTRAFE a/	6.2	115.3	121.5	0.0	100.0	100.0	69.6	57.2%	69.6%
FC-PPFD	0.0	0.0	0.0	6.1	0.0	6.1	0.0		0.0%
FC-AATM	0.0	72.1	72.1	0.0	72.1	72.1	17.0	23.6%	23.6%
FC-Medicamentos b/	348.5	370.2	718.7	348.5	370.2	718.7	197.5	27.5%	27.5%
Fundos Individuais	204.1	60.4	264.5	141.0	167.1	308.2	261.8	99.0%	85.0%
Bélgica	20.4	9.5	29.9	0.0	29.2	29.2	29.2	97.6%	100.0%
DFID	0.0	0.0	0.0	22.1	0.0	22.1	15.3		69.5%
Dinamarca	0.0	6.1	6.1	0.0	6.1	6.1	3.4	55.1%	55.1%
Fundo Global	91.1	0.0	91.1	0.0	91.1	91.1	91.1	100.0%	100.0%
IDA	0.0	26.5	26.5	6.0	23.5	29.5	18.6	70.3%	63.0%
Holanda	0.0	0.0	0.0	22.5	0.0	22.5	3.6		16.0%
Itália	0.0	0.0	0.0	3.0	0.0	3.0	1.6		53.8%
Suécia	6.0	0.0	6.0	2.7	0.0	2.7	2.2	37.6%	82.6%
União Europeia b/	86.7	18.3	105.0	84.7	17.3	102.1	96.8	92.2%	94.9%
Total	1,773.8	4,529.3	6,303.1	656.9	3,719.6	4,376.5	3,042.8	48.3%	69.5%

a/- Inclui, em CUT, entradas de transferências da C/ Forex directamente para o sector.

b/- Crédito em conta específica.

Como se pode observar, as utilizações representaram 48,3% das disponibilidades nas contas FOREX e 69,5% das disponibilidades na CUT, sendo estas 69,4% daquelas.

No que se refere à repartição das despesas de investimento, segundo os diferentes âmbitos, constata-se que o central absorveu cerca de 81,8% do total realizado, o provincial 10,7%, o distrital 6,4% e o autárquico 1,2%, contra 84,8%, 11,4%, 3,2% e 0,6%, respectivamente, da distribuição orçamental, conforme se mostra no Quadro 10:

Quadro 10 - Investimento por Âmbito e Fonte de Recursos  
(Em Milhões de Meticais)

	Âmbito Central	Âmbito Provincial	Âmbito Distrital	Âmbito Autárq.	Total	(%)	Orçamento	(%)
Receitas Ordinárias	2,866.9	532.9	727.2	146.1	4,273.1	34.4	10,282.1	20.6
Receitas Consignadas	967.2	2.3	0.0	0.0	969.5	7.8	3,002.8	6.0
Receitas Próprias	1.2	0.0	0.0	0.0	1.2	0.0	161.7	0.3
Donativos Ext. em Moeda	3,841.3	791.4	65.3	0.0	4,698.0	37.8	22,618.2	45.4
Donativos Ext. em Espécie	921.8	0.0	0.0	0.0	921.8	7.4	6,379.5	12.8
Créditos Ext. em Moeda	1,557.9	0.0	0.0	0.0	1,557.9	12.5	7,369.9	14.8
Total	10,156.3	1,326.7	792.4	146.1	12,421.5	100.0	49,814.2	100.0
(%)	81.8%	10.7%	6.4%	1.2%	100.0%			
Orçamento	42,260.0	5,680.1	1,595.0	279.0	49,814.2			
(%)	84.8%	11.4%	3.2%	0.6%	100.0%			

Em termos de fonte de recursos, as despesas de investimento foram financiadas em 34,4% por receitas ordinárias, 7,8% por receitas consignadas, 37,8% por donativos externos em moeda, 7,4% por donativos externos em espécie e 12,5% por créditos externos em moeda, contra 20,6%, 6%, 45,4%, 12,8% e 14,8%, orçamentados, respectivamente.

## 1.6.1 – Despesa de Investimento por Âmbitos

A distribuição da despesa de investimento pelos diferentes âmbitos orçamentais, no período de Janeiro a Junho de 2009, em comparação com as dotações orçamentais e a realização em igual período do ano anterior, é apresentada no Quadro 11, para a componente interna e no Quadro 11a, para a componente externa, segundo a classificação territorial:

Quadro 11- Componente Interna do Investimento por Âmbitos, em Comparação com a Dotação e a Realização em 2008  
(Em Milhões de Meticais)

Classificação Territorial	Ano 2008			Ano 2009			Variação 2008/09 a/
	Orçamento	Realização	Taxa (%)	Orçamento	Realização	Taxa (%)	
Âmbito Central	8,237.7	2,790.9	33.9	9,894.8	3,835.3	38.8	31.7%
Âmbito Provincial	1,749.4	423.4	24.2	1,854.7	535.2	28.9	21.1%
Niassa	118.0	35.0	29.6	118.0	39.4	33.4	7.9%
Cabo Delgado	220.1	33.6	15.3	211.4	39.5	18.7	12.4%
Nampula	252.7	94.0	37.2	314.8	103.5	32.9	5.6%
Zambézia	228.4	39.2	17.2	251.4	41.5	16.5	1.3%
Tete	150.9	23.0	15.2	153.4	41.3	26.9	72.2%
Manica	98.3	14.6	14.8	94.5	22.6	23.9	48.5%
Sofala	202.0	50.2	24.9	272.2	82.5	30.3	57.5%
Inhambane	154.1	65.3	42.4	97.1	35.0	36.0	-48.7%
Gaza	95.2	32.6	34.3	114.2	36.3	31.8	6.6%
Maputo	132.8	31.7	23.9	155.8	69.6	44.7	110.5%
Cidade de Maputo	97.0	4.3	4.4	71.9	24.2	33.6	444.9%
Âmbito Distrital	1,391.1	737.7	53.0	1,418.1	727.2	51.3	-5.5%
Distritos de Niassa	145.4	75.9	52.2	154.5	84.2	54.5	6.4%
Distritos de Cabo Delgado	189.9	82.0	43.2	169.1	76.9	45.5	-10.1%
Distritos de Nampula	218.0	149.7	68.7	226.3	128.8	56.9	-17.5%
Distritos da Zambézia	172.3	78.4	45.5	182.8	82.7	45.3	1.1%
Distritos de Tete	139.7	72.5	51.9	129.6	80.3	61.9	6.1%
Distritos de Manica	96.1	44.8	46.6	96.9	38.6	39.8	-17.5%
Distritos de Sofala	118.1	96.5	81.7	125.5	68.8	54.8	-31.7%
Distritos de Inhambane	130.4	82.1	62.9	140.6	63.2	44.9	-26.2%
Distritos de Gaza	111.2	43.4	39.0	118.5	79.6	67.2	76.0%
Distritos de Maputo	70.0	12.5	17.9	74.3	24.1	32.5	84.6%
Âmbito Autárquico	225.0	144.3	64.1	279.0	146.1	52.4	-2.9%
Total	11,603.2	4,096.4	35.3	13,446.6	5,243.9	39.0	22.7%

a/- Variação em termos reais, com inflação média de 4,34%.

Na componente interna, verifica-se que o nível de execução global subiu de 35,3%, em 2008, para 39,0%, em 2009, em resultado de aumentos nos âmbitos central e provincial, que compensaram quedas nos âmbitos distrital e autárquico. Apesar das quedas registadas nestes âmbitos, o seu nível de realização situou-se acima da média global, tendo sido de 51,3% para o distrital e 52,4% para o autárquico

Em relação a igual período do ano anterior, registaram-se fortes crescimentos, em termos reais, nos âmbitos central em 31,7% e provincial em 21,1%, que compensaram as diminuições registadas nos âmbitos distrital e autárquico, em 5,5% e 2,9%, respectivamente.

Na componente externa, verifica-se que os níveis de execução subiram em todos os âmbitos, com destaque para o âmbito distrital, em que passou de 2,5% em 2008, para 36,9% em 2009, o que se explica pela maior adesão dos órgãos e instituições do Estado ao processo de prestação de contas relativas à utilização dos fundos que não transitam pela Conta Única do Tesouro.

No entanto, constata-se que nas províncias de Niassa, Manica, Gaza, Maputo e cidade de Maputo, bem como nos distritos das províncias de Cabo Delgado e Inhambane, os níveis de realização situaram-se abaixo dos alcançados no mesmo período do ano anterior, o que se explica, por um lado pelo atraso no lançamento de concursos e, por outro, pelo maior incremento registado nas suas dotações orçamentais, conforme se pode observar no Quadro 11<sup>a</sup>:

Quadro 11a- Componente Externa do Investimento por Âmbitos, em Comparação com a Dotação e a Realização em 2008  
(Em Milhões de Meticals)

Classificação Territorial	Ano 2008			Ano 2009			Variação 2008/09 a/
	Orçamento	Realização	Taxa (%)	Orçamento	Realização	Taxa (%)	
Âmbito Central	28,525.1	5,217.6	18.3	32,355.0	6,321.0	19.5	9.9%
Âmbito Provincial	3,429.9	665.7	19.4	3,835.7	791.5	20.6	7.9%
Niassa	295.4	36.2	12.3	416.3	47.7	11.5	19.5%
Cabo Delgado	352.9	59.6	16.9	340.3	86.0	25.3	30.9%
Nampula	367.1	124.8	34.0	454.4	159.4	35.1	15.9%
Zambézia	350.5	91.7	26.2	390.5	120.9	31.0	19.6%
Tete	424.4	47.1	11.1	430.5	63.5	14.8	22.2%
Manica	150.4	60.5	40.2	207.1	48.3	23.3	-27.5%
Sofala	658.3	73.0	11.1	363.8	68.0	18.7	-15.5%
Inhambane	309.5	67.4	21.8	365.3	67.8	18.6	-8.7%
Gaza	288.8	43.7	15.1	468.7	39.1	8.3	-18.8%
Maputo	175.4	38.6	22.0	245.0	52.9	21.6	24.5%
Cidade de Maputo	57.2	23.0	40.3	153.8	37.8	24.5	48.9%
Âmbito Distrital	1,326.9	33.2	2.5	176.9	65.3	36.9	78.6%
Distritos de Niassa	14.0	4.1	29.3	14.1	6.4	45.6	41.8%
Distritos de Cabo Delgado	10.6	4.8	45.0	14.5	4.0	27.5	-24.6%
Distritos de Nampula	29.7	5.3	17.9	19.1	11.7	61.3	99.8%
Distritos da Zambézia	27.6	1.9	6.9	37.8	12.9	34.2	511.8%
Distritos de Tete	18.6	3.2	17.3	21.2	6.7	31.6	88.6%
Distritos de Manica	7.8	1.4	17.8	8.2	2.0	24.4	30.9%
Distritos de Sofala	1,192.9	5.6	0.5	31.4	8.0	25.5	28.7%
Distritos de Inhambane	10.9	5.6	51.4	13.7	5.4	39.0	-13.5%
Distritos de Gaza	10.3	0.5	5.2	12.2	6.4	52.4	999.5%
Distritos de Maputo	4.5	0.6	13.8	4.7	1.8	37.4	159.3%
Âmbito Autárquico	0.0	0.0		0.0	0.0		
Total	33,281.9	5,916.5	17.8	36,367.6	7,177.7	19.7	10.1%

a/- Variação em termos reais, com variação cambial de 10,2%.

Em termos de variação em relação ao ano anterior, também se registaram crescimentos em todos os âmbitos, com destaque para o âmbito distrital, que cresceu em 78,6%, o que se deve à descentralização efectuada para o Fundo Comum FASE. Contudo, pelas razões anteriormente mencionadas, nalgumas províncias e nalguns distritos registaram-se decréscimos em relação ao mesmo período do exercício anterior.

## 1.7 – DESPESA TOTAL POR ÂMBITOS

No 1º semestre de 2009 a despesa total (funcionamento e investimento) distribuiu-se pelos diferentes âmbitos conforme se mostra no Quadro 12:

Quadro 12 - Resumo da Despesa Total por Âmbitos, em Comparação com a Dotação  
(Em Milhões de Meticais)

Classificação por Âmbito e Territorial	Funcionamento		Investimento		Total				
	Orçamento	Realização	Orçamento	Realização	Orçamento	Realização	(%)	Peso Orç.	Peso Real.
Central	23,838.8	11,086.1	42,249.8	10,156.3	66,088.6	21,242.4	32.1%	70.5%	62.0%
Provincial	16,491.0	9,163.7	5,690.4	1,326.7	22,181.4	10,490.4	47.3%	23.6%	30.6%
Niassa	1,271.1	678.9	534.3	87.1	1,805.4	765.9	42.4%	1.9%	2.2%
Cabo Delgado	2,040.5	1,149.6	551.7	125.4	2,592.3	1,275.1	49.2%	2.8%	3.7%
Nampula	2,211.7	1,370.4	769.2	262.9	2,980.8	1,633.3	54.8%	3.2%	4.8%
Zambézia	1,907.8	1,047.3	641.9	162.3	2,549.7	1,209.6	47.4%	2.7%	3.5%
Tete	1,464.3	906.3	583.9	104.8	2,048.2	1,011.1	49.4%	2.2%	3.0%
Manica	1,177.9	752.5	301.6	70.9	1,479.5	823.4	55.7%	1.6%	2.4%
Sofala	1,937.6	1,034.5	636.0	150.5	2,573.6	1,185.0	46.0%	2.7%	3.5%
Inhambane	1,123.1	648.1	462.4	102.8	1,585.5	751.0	47.4%	1.7%	2.2%
Gaza	827.9	399.8	582.9	75.4	1,410.7	475.2	33.7%	1.5%	1.4%
Maputo	1,005.2	440.9	400.9	122.6	1,406.1	563.5	40.1%	1.5%	1.6%
Cidade de Maputo	1,523.9	735.4	225.7	61.9	1,749.6	797.4	45.6%	1.9%	2.3%
Distrital	3,107.0	1,317.0	1,595.0	792.4	4,702.0	2,109.4	44.9%	5.0%	6.2%
Distritos de Niassa	97.2	39.5	168.6	90.6	265.8	130.1	48.9%	0.3%	0.4%
Distritos de Cabo Delgado	298.4	81.6	183.6	80.9	482.0	162.5	33.7%	0.5%	0.5%
Distritos de Nampula	727.1	276.4	245.4	140.5	972.4	416.9	42.9%	1.0%	1.2%
Distritos da Zambézia	194.8	77.6	220.6	95.7	415.4	173.3	41.7%	0.4%	0.5%
Distritos de Tete	153.0	61.0	150.8	87.0	303.8	148.0	48.7%	0.3%	0.4%
Distritos de Manica	83.9	33.2	105.1	40.6	189.0	73.8	39.0%	0.2%	0.2%
Distritos de Sofala	267.1	75.1	156.9	76.8	424.0	151.9	35.8%	0.5%	0.4%
Distritos de Inhambane	225.3	59.2	154.3	68.5	379.6	127.8	33.7%	0.4%	0.4%
Distritos de Gaza	496.5	329.4	130.7	86.0	627.2	415.5	66.2%	0.7%	1.2%
Distritos de Maputo	563.7	283.9	79.0	25.9	642.8	309.8	48.2%	0.7%	0.9%
Autárquico	558.0	260.7	279.0	146.1	837.0	406.8	48.6%	0.9%	1.2%
Total	43,994.8	21,827.5	49,814.2	12,421.5	93,809.0	34,249.0	36.5%	100.0%	100.0%

Verifica-se que a despesa total foi realizada em 36,5%, sendo em 32,1% no âmbito central, 47,3% no âmbito provincial, 44,9% no âmbito distrital e 48,6% no âmbito autárquico.

Em termos de repartição percentual, o âmbito central representou 62,0% da despesa total, contra 70,5% orçamentado, o âmbito provincial 30,6 %, contra 23,6% orçamentado, o âmbito distrital 6,2%, contra 5,0% orçamentado, e o âmbito autárquico 1,2%, contra 0,9% orçamentado.

## 1.8 – DESPESA DOS SECTORES PRIORITÁRIOS

No 1º semestre de 2009, as despesas dos sectores prioritários, incluindo os adiantamentos por Operações de Tesouraria, bem como as despesas de investimento com financiamento externo que não transita pela CUT e não incorporadas no e-SISTAFE no período em que se realizaram, atingiram 20.108 milhões de meticais, correspondente a 34,2% da dotação orçamental anual, conforme se apresenta no Mapa VI e se resume no Quadro 13, mostrando a repartição percentual das despesas pelos diferentes sectores:

Quadro 13 - Despesa dos Sectores Prioritários

(Em Milhões de Meticais)

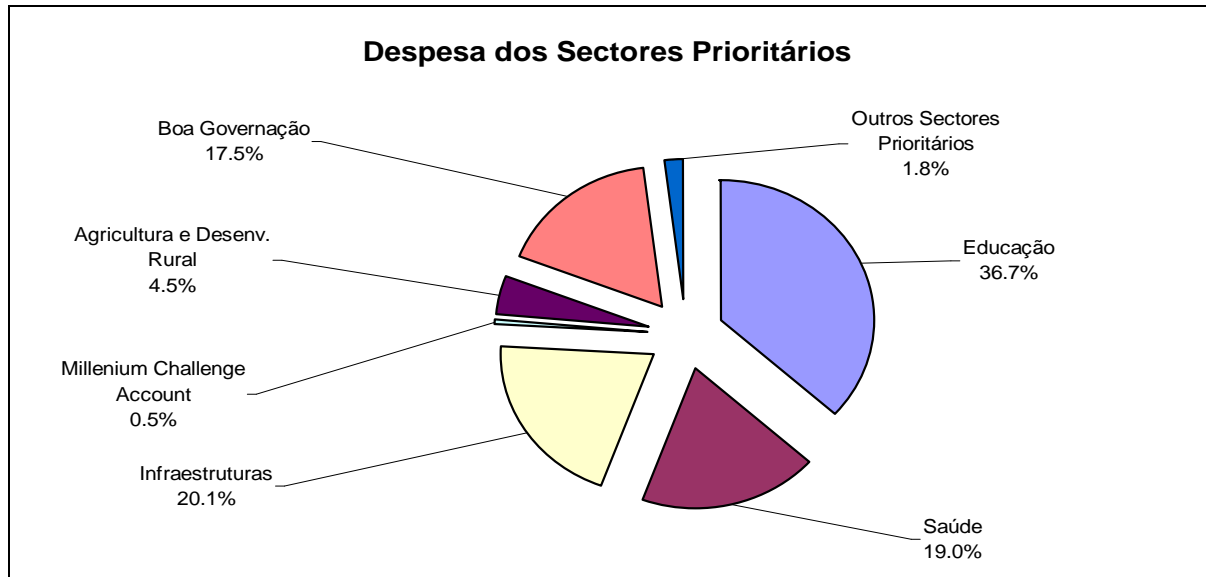
Sectores/Instituições Prioritários	Orçamento 2008		Realização Jan/Jun 2008		Taxa Realiz. (%)	Orçamento 2009		Realização Jan/Jun 2008		Taxa Realiz. (%)	Variação 2008/09 a/
	Valor	Peso	Valor	Peso		Valor	Peso	Valor	Peso		
Educação	15,502	19.1	6,373	22.6	41.1	17,129	18.5	7,376	22.0	43.1	9.5%
Ensino Geral	13,270	16.3	5,518	19.6	41.6	14,270	15.4	6,282	18.7	44.0	7.6%
Ensino Superior	2,232	2.7	855	3.0	38.3	2,859	3.1	1,095	3.3	38.3	21.6%
Saúde	10,501	12.9	3,041	10.8	29.0	11,503	12.4	3,811	11.3	33.1	16.8%
Sistema de Saúde	9,861	12.1	2,812	10.0	28.5	10,909	11.8	3,670	10.9	33.6	21.8%
HIV/SIDA	640	0.8	229	0.8	35.8	594	0.6	140	0.4	23.6	-43.8%
Infraestruturas	14,845	18.3	3,802	13.5	25.6	16,020	17.3	4,043	12.0	25.2	-0.6%
Energia/Recursos Minerais	1,397	1.7	460	1.6	32.9	1,615	1.7	658	2.0	40.8	34.4%
Estradas	8,782	10.8	2,198	7.8	25.0	7,722	8.4	2,332	6.9	30.2	-0.7%
Águas	3,335	4.1	971	3.4	29.1	5,931	6.4	886	2.6	14.9	-15.6%
Obras Públicas	1,330	1.6	173	0.6	13.0	752	0.8	167	0.5	22.2	-7.6%
Millenium Challenge Account	709	0.9	0	0.0	0.0	829	0.9	102	0.3	12.4	
Agricultura e Desenv. Rural	4,005	4.9	923	3.3	23.0	5,174	5.6	896	2.7	17.3	-8.8%
Boa Governação	6,626	8.1	2,522	8.9	38.1	7,050	7.6	3,513	10.5	49.8	32.0%
Segurança/Ordem Pública	2,390	2.9	1,242	4.4	52.0	2,193	2.4	1,414	4.2	64.5	9.1%
Administração Pública	2,344	2.9	593	2.1	25.3	2,103	2.3	720	2.1	34.2	14.6%
Sistema Judicial	1,892	2.3	687	2.4	36.3	2,754	3.0	1,379	4.1	50.1	88.3%
Outros Sectores Prioritários	889	1.1	349	1.2	39.3	1,123	1.2	367	1.1	32.7	-0.2%
Acção Social	581	0.7	266	0.9	45.8	765	0.8	266	0.8	34.8	-5.1%
Trabalho e Emprego	308	0.4	84	0.3	27.1	358	0.4	101	0.3	28.1	15.5%
Total Sectores/Inst. Prior.	53,077	65.3	17,011	60.3	32.1	58,827	63.7	20,108	59.8	34.2	11.2%
Restantes Sectores	28,238	34.7	11,194	39.7	39.6	33,590	36.3	13,495	40.2	40.2	15.2%
Despesa Total Sem Enc. Dívida	81,315	100.0	28,205	100.0	34.7	92,417	100.0	33,603	100.0	36.4	12.8%
Encargos da Dívida	1,651		686		41.5	1,392		646		46.4	-11.7%
Despesa Total	82,966		28,891		34.8	93,809		34,249		36.5	12.2%

a/- Em termos reais, com inflação média de 4,34% e variação cambial de 10,2%.

Os sectores prioritários absorveram 59,8% da despesa total, excluindo Encargos da Dívida, merecendo destaque a Educação, com 22,0%, as Infra-estruturas, com 12,0%, a Saúde, com 11,3%, e o grupo Boa Governação, com 10,5%.

Também se pode verificar que do total dos recursos destinados aos sectores prioritários, isto é, 20.108 milhões de meticais, os sectores de Educação e Saúde absorveram 11.187 milhões de meticais, correspondente a cerca de 55,6% daquele valor e a 33,3% da despesa total, excluindo Encargos da Dívida.

O gráfico seguinte ilustra a repartição percentual da despesa dos sectores prioritários do PARPA, no qual se constata que os sectores da Educação, Infraestruturas, Saúde e Boa Governação foram os que tiveram maior peso na realização, tendo absorvido o equivalente a 36,7%, 20,1%, 19,0% e 17,5%, respectivamente:



## 1.9 – DESPESA TOTAL SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

A despesa total, segundo a classificação funcional, incluindo os adiantamentos por Operações de Tesouraria, bem como as despesas de investimento com financiamento externo não transitando pela CUT e não incorporadas no e-SISTAFE no período em que se realizaram, é apresentada no Mapa III-2 e resumida no Quadro 14, a seguir:

Quadro 14- Despesa Total Segundo a Classificação Funcional  
(Em Milhões de Meticais)

Função		Dotação		Realização		
Cód.	Descrição	Valor	Peso	Valor	Peso	(%)
01	Serviços Públicos Gerais	23,597	25.2	9,811	28.6	41.6%
02	Defesa	2,300	2.5	1,142	3.3	49.6%
03	Segurança e Ordem Pública	5,067	5.4	2,651	7.7	52.3%
04	Assuntos Económicos	21,178	22.6	5,306	15.5	25.1%
05	Protecção Ambiental	1,710	1.8	172	0.5	10.0%
06	Habitação e Desenvolvimento Colectivo	4,638	4.9	936	2.7	20.2%
07	Saúde	11,014	11.7	3,507	10.2	31.8%
08	Recreação, Cultura e Religião	900	1.0	339	1.0	37.7%
09	Educação	18,058	19.2	7,863	23.0	43.5%
10	Segurança e Acção Social	5,347	5.7	2,522	7.4	47.2%
Total		93,809	100.0	34,249	100.0	36.5%

Em termos de taxa de realização, no período, constata-se que as funções de Assuntos Económicos, Protecção Ambiental, Habitação e Desenvolvimento Colectivo e Saúde ficaram abaixo da taxa média de 36,5%, enquanto as funções de Serviços Públicos Gerais, Defesa, Segurança e Ordem Pública, Recreação, Cultura e Religião, Educação e Segurança e Acção Social registaram taxas que variam de 37,7% a 52,3%.

Em termos de estrutura, verifica-se que os maiores pesos couberam a Serviços Públicos Gerais, com 28,6% na realização contra 25,2% orçamentado, seguido de Educação, com 23,0% contra 19,2%, Assuntos Económicos, com 15,5% contra 22,6%, Saúde, com 10,2 % contra 11,7%, Segurança e Ordem Pública, com 7,7% contra 5,4% e Segurança e Acção Social, com 7,4% contra 5,7%.

## 1.10 - OPERAÇÕES FINANCEIRAS

As operações financeiras, realizadas de Janeiro a Junho de 2009, ascenderam a 1.492,3 milhões de meticais, representando 22,3% da dotação orçamental, conforme se mostra no Mapa VII e se resume a seguir no Quadro 15:

Quadro 15 - Operações Financeiras, Segundo a Classificação Económica, em Comparação com a Dotação Anual e a Realização em 2008 (Em Milhões de Meticais)

Classificação Económica	Ano 2008			Ano 2009						Variação 2008/09 b/
	Orçamento Anual	Realização Jan/Jun	Taxa de Realiz.	Orçamento Anual		Realização Jan/Jun			Taxa de Realiz.	
				Inicial	Actual	Liquidações	Adiant. a/	Total		
Operações Activas	5,108.8	769.8	15.1%	5,033.4	5,033.4	178.0	576.3	754.3	15.0%	-10.8%
Capital Social de Empresas	48.2	0.0	0.0%	178.0	178.0	0.0	0.0	0.0	0.0%	
Empréstimos de Retrocessão	5,010.6	734.6	14.7%	4,827.2	4,815.6	166.3	551.0	717.3	14.9%	-11.4%
Outras Operações Activas	49.9	35.2	70.5%	28.1	39.8	11.7	25.3	37.0	92.9%	0.7%
Operações Passivas c/	1,911.7	852.4	44.6%	1,661.3	1,661.3	737.9	0.0	737.9	44.4%	-19.4%
Empréstimos Externos	1,005.7	464.4	46.2%	1,192.3	1,192.3	393.4	0.0	393.4	33.0%	-23.1%
Empréstimos Internos	906.0	388.0	42.8%	469.0	469.0	344.6	0.0	344.6	73.5%	-16.9%
<b>Total</b>	<b>7,020.5</b>	<b>1,622.2</b>	<b>23.1%</b>	<b>6,694.7</b>	<b>6,694.7</b>	<b>915.9</b>	<b>576.3</b>	<b>1,492.3</b>	<b>22.3%</b>	<b>-15.3%</b>

a/- Adiantamentos de fundos concedidos pelo sistema, mas ainda não liquidados, e despesa por incorporar.

b/- Em termos reais, com inflação a 4,34% e variação cambial a 10,2%.

c/- Ordens de Pagamento emitidas. Os pagamentos efectivos foram de:

Empréstimos Externos	275.0
Empréstimos Internos	344.6

As Operações Financeiras Activas foram de 754,3 milhões de meticais, representadas por:

- 37,0 milhões de meticais em indemnizações devidas pela extinta empresa MAGMA e
- 717,3 milhões de meticais em empréstimos por utilizações de fundos externos com Acordos de Retrocessão, com a distribuição que se mostra no Quadro 16:

Quadro 16- Empréstimos por Acordos de Retrocessão por Fonte de Financiamento e Beneficiário (Em Milhões de Meticais)

Créditos	CFM	EDM	TDM	FIPAG	FARE	INVAGRO	Total
BAD/FAD				106.6	107.0		213.6
BADEA		4.8					4.8
WB/IDA	277.5			19.9			297.4
NDF		57.3					57.3
OPEC		4.9					4.9
EXIMBank Índia		138.7				0.6	139.4
<b>Total</b>	<b>277.5</b>	<b>205.7</b>	<b>0.0</b>	<b>126.5</b>	<b>107.0</b>	<b>0.6</b>	<b>717.3</b>

As Operações Financeiras Activas registaram uma taxa de realização de 15,0% e decresceram em 10,8%, em termos reais, em relação ao mesmo período do ano anterior, por influência dos desembolsos para empréstimos por retrocessão, que não atingiram os níveis previstos.

As Operações Financeiras Passivas, efectivamente pagas, no período, somaram 619,5 milhões de meticais e consistiram em:

- amortização da dívida externa, por 275,0 milhões de meticais, com a seguinte distribuição por grupo de credores:

(Em mil Meticais)

Bilateral	120.466
Multilateral	154.507
Total	274.973

- amortização de Dívida Assumida pelo Estado, por 13,7 milhões de meticais e
- amortização de Obrigações do Tesouro, por 330,8 milhões de meticais

As Operações Financeiras Passivas registaram uma taxa de realização de 44,4% e decresceram em 19,4%, em termos reais, em relação ao ano anterior, sendo em 23,1% em Empréstimos Externos e em 16,9% em Empréstimos Internos. No entanto, no que se refere aos Empréstimos Externos efectivamente pagos, que foram de 357,5 milhões de meticais, no mesmo período do ano anterior, registou-se uma diminuição de 3,0%.

#### 1.11 ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

No Anexo Informativo 2 apresentam-se as alterações orçamentais ocorridas durante o 1º semestre de 2009, bem como a cópia do Despacho do Ministro das Finanças que as autorizaram.

## 1.12 ANÁLISE DO RESULTADO DA ACTIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO

Para analisar a actividade financeira do Estado, em termos de fluxos, e determinar o seu resultado, conforme o apurado pelas contas monetárias e considerando também as contas externas, completam-se os dados da Contabilidade Pública, atrás apresentados, e efectuam-se determinados ajustamentos.

Para isso, consideraram-se as restantes informações financeiras do Estado, procedendo às seguintes operações adicionais:

### Despesas

Considerar o valor dos Encargos da Dívida efectivamente pago, que foi de 617,4 milhões de meticais.

### Operações Financeiras Activas

São consideradas com dedução dos reembolsos de créditos anteriores e da cobrança da ajuda alimentar, para se obter os empréstimos líquidos.

### Operações financeiras Passivas

Considerar o valor das amortizações da dívida externa efectivamente pago, que foi de 275,0 milhões de meticais.

### Financiamento do Défice

- Considerar os desembolsos e não apenas os valores entrados na CUT. Os desembolsos de donativos, excluindo os reembolsos de créditos concedidos com donativos recebidos anteriormente e a cobrança da ajuda alimentar, foram de 2.801,3 milhões de meticais para diversos projectos de investimento, 197,5 milhões de meticais para o financiamento da aquisição de medicamentos e equipamentos médicos, 3.203,4 milhões de meticais para os programas financiados pelos fundos comuns e 5.828,5 milhões de meticais para o Apoio Directo ao Orçamento. Os desembolsos de empréstimos externos, excluindo os reembolsos de créditos concedidos com empréstimos recebidos anteriormente, foram de 2.290,8 milhões de meticais para diversos projectos de investimento e Acordos de Retrocessão e 2.888,6 milhões de meticais para o Apoio Directo ao Orçamento.

Assim, elaborou-se o Mapa IX, Resultado da Actividade Financeira do Estado, em que os dados são comparados com o Programa Fiscal estabelecido para o período.

A apreciação da actividade financeira do Estado, de Janeiro a Junho de 2009, com base no Mapa IX, mostra que:

A receita total excedeu o valor programado em 1,8%, devido a Impostos s/ o Rendimento, Direitos Aduaneiros, Receitas não Fiscais, Receitas Próprias e Receitas de Capital e a despesa corrente ficou em 98,7% do limite programado, por influência de Bens e Serviços, Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes, que ficaram em 80,7%, 86,3% e 85%, respectivamente.

Assim, o saldo corrente traduziu-se num défice de 705,1 milhões de meticais, inferior ao défice programado em cerca de 48%.

A despesa de investimento ficou em 52,6% do valor programado, por influência da componente externa, que ficou em 40,1% do programa e os empréstimos líquidos atingiram apenas 50% do programa, devido aos empréstimos de retrocessão que ficaram em 51,3% do programa.

Dado o comportamento da despesa total e empréstimos líquidos, que, no conjunto, ficaram cerca de 22% abaixo do limite programado, combinado com o excesso da receita, o saldo global antes de donativos ficou 43% abaixo do programa, bem como o saldo global após donativos, que ficou 37%, embora o financiamento por donativos tenha atingido apenas 55,8% do valor previsto.

Os empréstimos externos líquidos atingiram cerca de 80% do valor programado e cobriram o saldo global após donativos, fazendo com que o financiamento interno líquido se traduzisse num aumento da poupança do Estado junto do sistema bancário, em 1.915,2 milhões de meticais, enquanto o programa previa um aumento de 1.627,6 milhões de meticais.

Finalmente, o saldo primário interno ficou, 3,5% acima do nível programado.

Ministério das Finanças, em Maputo, aos 13 de Agosto de 2009.